

A OBEDIÊNCIA E A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA

OBEDIENCE AND THE RELATIONSHIP BETWEEN SCHOOL AND FAMILY

Luciana Maria Caetano¹
Solange Franci Raimundo Yaegashi²

Resumo

A proposta desse artigo é discutir sobre a obediência e as relações entre escola e família. O texto apresenta dois estudos sobre o conceito de obediência de pais de crianças pequenas e pais de adolescentes. Os dados revelaram que pais não querem crianças submissas que aprendam a obediência inquestionável, mas, por outro lado, as suas intervenções são empíricas, tentando vários caminhos para alcançar a obediência das suas crianças. Desse modo, os participantes revelaram a sua necessidade de maiores reflexões a respeito do relacionamento entre pais e filho, em ordem de repensarem os seus conceitos. A interpretação dos dados revelou que as famílias necessitam de ajuda da escola, especialmente garantindo o acesso ao conhecimento a respeito das fases do desenvolvimento moral das crianças e a conquista da função fundamental da escola como cooperativa na possibilidade de evolução moral da criança. As considerações finais trazem uma reflexão sobre a necessidade de transformação das experiências vivenciadas por estas duas instituições. As autoras indicam a possível construção de uma real parceria entre escola e família baseada na cooperação mútua.

Abstract

The purpose of this article is to discuss about obedience and the relations between school and family. The text presents two studies about the concept of obedience in parents of young children and parents of adolescents. The data revealed that parents do not want submissive children that learn unquestionable obedience, but in the other hand, their interventions are empirical, trying several ways of achieving children's obedience. However, those parents revealed their need for more reflection regarding the relationship between parent and child, in order to understand their concepts. The interpretation of this data reveals that families need help from schools, especially guaranteeing the access of to knowledge regarding the phases of their child's moral development and achieve their fundamental function as cooperators in the possible moral evolution of their children. So, the final considerations brings a reflection about the needs and transformations experienced by these two institutions. The authors indicate the possible construction a real partnership between school and family based in mutual cooperation.

INTRODUÇÃO

O principal objetivo desse artigo é refletir sobre a obediência e a relação escola e família. A justificativa para o encontro dessas duas temáticas está no fato de que uma das maiores queixas dos professores é a falta de obediência, limites e ou respeito por parte dos alunos, sendo que o senso-comum aponta para a família como principal culpada dessa situação. Segundo a hipótese mais comum nos corredores escolares, especialmente,

das escolas públicas, as famílias não ensinam os seus filhos a obedecer, a cumprir regras e, por consequência, os alunos costumam ser desrespeitosos com os colegas, consigo mesmos e com os professores. (AQUINO, 2003).

Conforme os estudos da Teoria do Juízo Moral de Jean Piaget (1932), as crianças nascem na anomia, ou seja, na ausência total de regras. Até os três anos a criança já ouviu algumas correções de seus pais, quando já não foi punida, infelizmente, às vezes, até fisicamente, porém, a sua inteligência sensório-motora ainda representa um empecilho para a construção da primeira forma de moral: a heteronomia.

Para o autor, a heteronomia, ou a primeira fase do desenvolvimento moral infantil é chamada

¹ Doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano/USP. Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação/UEM.

² Doutora em Psicologia Educacional/UNICAMP. Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação/UEM.

de moral da obediência, pois diz respeito às primeiras formas da consciência do dever na criança e que se fundamentam nas atitudes das crianças que obedecem ou deveriam obedecer as regras impostas pelos mais velhos – seus pais, irmãos, professores e outros adultos com os quais convive – ao reconhecer neles, a fonte e o modelo dessas regras.

Apresentamos aqui uma reflexão sobre a questão da obediência, pensando a sua relação com os adultos, pais e professores, que se responsabilizam pela educação das crianças. Para alcançar tal objetivo, apresentamos os dados de dois estudos com pais de crianças pequenas e de adolescentes, que mostram como as famílias pensam, julgam e agem junto aos seus filhos, no que diz respeito às questões de obediência.

Partindo dos dados apresentados, refletimos sobre o papel da escola e da família e os desafios de educar na sociedade contemporânea. Pensamos que é possível atuar no estabelecimento de relações cooperativas entre escola e família, de modo que ambas possam trabalhar em prol de que os alunos sejam obedientes sim, mas a princípios de justiça.

A OBEDIÊNCIA

O psicólogo Milgran (1963) realizou uma pesquisa que se intitulou: “Estudo comportamental da obediência”. Embora o método utilizado para o estudo se submetido atualmente aos atuais Comitês de Ética jamais fosse aprovado, por se tratar de uma “combinação ou farsa”, na qual cidadãos comuns foram orientados a ministrar choques em um aluno-ator durante sessões de aprendizagem, esse trabalho oferece à temática do presente artigo uma constatação que parece que possuímos a obediência em nossa natureza humana.

Durante a experiência, conforme os alunos (que eram atores) equivocavam-se nas respostas dadas às situações de aprendizagem, o participante deveria aplicar-lhe choques, que representavam punições para os erros dos alunos. Porém tais choques – conforme o grau de intensidade com que fossem aplicados – poderiam provocar a morte dos alunos. O experimento mostrou que alguns participantes, mesmo sabendo da questão da possibilidade do extremo prejuízo ao aluno, conforme o choque, o ministravam quando na presença do professor (que também era ator) que era a autoridade que lhes indicara tal

procedimento. Portanto, os participantes obedeciam.

Os filhos devem obedecer aos pais? Os alunos devem obedecer aos professores? O que significa obedecer? Pode-se chegar à possibilidade de ministrar choques violentos porque o professor (autoridade) mandou? Deve-se obedecer à autoridade mesmo quando suas regras são inadequadas?

Piaget (1932/1994, p.288) cita a teoria do psicólogo Baldwin para explicar o surgimento dos primeiros sentimentos morais nas relações interindividuais, ou seja, para explicar a gênese da obediência. Segundo suas próprias palavras, referindo-se a tal teoria:

A obediência, de fato, não é, nem uma imitação simples, nem uma ejeção: a obediência cria um novo ‘eu’, uma fração do ‘eu’ que domina as outras. Com efeito, aprendendo a obedecer, a criança constrói-se, por si mesmo, o que Baldwin chama um ‘eu ideal’, um ‘eu’ submisso às decisões dos adultos, isto é, um ‘eu’ calcado sobre o ‘eu’ superior deles. (PIAGET, 1932/2000, p.289)

Baldwin (Piaget, 1954/1994, p.259) se refere à construção do “eu ideal” que, segundo ele, origina-se da imitação dos gestos do outro, o que providencia a tomada de consciência de si a partir da tomada de consciência das semelhanças com os outros. Piaget observa a pertinência de tais concepções do autor e considera o conceito de “eu ideal” análogo ao conceito de “superego” freudiano, nas características que dizem respeito à explicação da obediência. (PIAGET, 1954/1994, p.259).

Porém, para Piaget a construção do “ego ideal” não é suficiente para explicar o sentimento de obrigação que leva o sujeito a agir moralmente, isto é, a obediência é para Baldwin, inicialmente, uma conduta de submissão aceita que tenderá a um julgamento racional por parte do indivíduo, em estágios superiores. Porém isto ainda não basta para Piaget, embora concorde e reconheça a importância de tal teoria naquilo que diz respeito a “[...] admitir que o eu somente se conhece por referência àquele dos outros.” (PIAGET, 1932/2000, p.292).

Piaget encontrará em Pierre Bovet (PIAGET, 1954/1994, p. 260) a explicação que adotará para justificar os sentimentos de obrigação que conduzem o sujeito a agir moralmente, ou,

especialmente na fase da construção dos primeiros sentimentos morais, conduzem-no a obedecer aos seus pais.

A regra da coação, ligada ao respeito unilateral, é considerada como sagrada e produz no espírito da criança sentimentos análogos àqueles que caracterizam o conformismo obrigatório das sociedades inferiores. Mas permanece exterior à consciência da criança e não conduz como desejaria o adulto a uma obediência efetiva. A regra devido a acordo mútuo e à cooperação enraíza-se, pelo contrário, no interior mesmo da consciência da criança e conduz a uma prática efetiva, na medida em que se associa com a vontade autônoma.” (PIAGET, 1932/1994, p. 270).

Logo, para Piaget o desenvolvimento moral é composto de duas morais respectivamente: heteronomia e autonomia. O autor reconhece o papel dos pais na gênese da moralidade infantil, depois afirmará que, infelizmente, os pais se transformam em psicólogos medíocres e quando deveriam possibilitar as relações de cooperação que favoreceriam a superação da moral da obediência, os pais têm o hábito de continuar impondo suas vontades fazendo esmorecer e dobrar a vontade da criança. (PIAGET, 1932/1994, p.152).

Parece que em muitos pontos de vista o autor está certo, pois muitos pais ainda acreditam que a melhor forma de se fazerem obedecer pelos seus filhos é a imposição da sua autoridade, por meio dos gritos, das ameaças, dos castigos físicos, pois admitem que, dessa forma, as crianças entendem quem manda, sentem medo e cumprem os seus deveres. (CAETANO, 2005, p. 135). Essa forma de relação interindividual fundamentada na coação, segundo Menin (1996, p. 51), tem um formato de educação na qual o adulto impõe ao jovem o que deve ser feito, mediante consequências positivas e negativas para a desobediência ou para a obediência, sendo a tendência de que o filho obedeça por medo ou por afeto e que se molde desse modo aos pais, imitando-os:

Assim é que as crianças pequenas não só aprendem a fazer o que devem, mas a se tornar iguais a quem lhes manda. Tornando-se caricaturas de pais, de

professores, de chefes... reproduzindo por aí suas ordens, seus valores, seus julgamentos... (MENIN, 1996, p. 51).

Dessa forma, quando os pais ao longo do desenvolvimento das crianças, em nome de sua educação, agem de forma a impor os seus valores, desejos e regras aos seus filhos, promovem interações que não conduzem a autonomia.

Seguem alguns exemplos típicos desse tipo de atitudes: quando os pais não explicam aos seus filhos a razão de ser das regras, impedindo-os de refletirem sobre os princípios que fundamentam os deveres, a fim de legitimá-los como acordos mútuos que fundamentam o bem comum; ou quando diante de uma atitude inadequada do filho, os pais ministram castigos cujos conteúdos não têm qualquer relação como ato sancionado. Por exemplo, quando o adolescente fica sem internet por não ter cumprido a sua parte das tarefas domésticas da casa.

Outro exemplo de coação é quando os pais agem de modo indiferente, deixando de falar com o filho, negando-lhe atenção, afirmando que só voltarão a lhe falar quando passar a tristeza e a decepção que sentem por ele, oriundas de suas atitudes de desobediência e negligência para com as ordens impostas; ou ainda quando, se utilizam de ameaças, humilhações e outras técnicas, cujo maior objetivo é fazer o desejo do adulto, muitas vezes arbitrário; há ainda os pais que supervalorizam as situações que envolvem danos materiais, e não trabalham com seus filhos as questões dos valores.

Finalmente, quando negligenciam o seu papel, deixando “as rédeas correrem soltas” e depois procurando resolver as encrencas nas quais os filhos se envolvem para protegê-los, igualmente, estão negando aos filhos as reais oportunidades de evolução moral.

Para Piaget, todas as atitudes descritas acima, são exemplos de relações de coação, que, não são favoráveis ao desenvolvimento moral. De acordo com suas próprias palavras:

Reconhecemos, com efeito, a existência de duas morais na criança, a da coação e a da cooperação. A moral da coação é a moral do dever puro e da heteronomia: a criança aceita do adulto um certo número de ordens às quais deve submeter-se, quais quer que sejam que sejam as circunstâncias. O bem é o que está de acordo, o mal o que não está de acordo

com essas ordens: a intenção só desempenha pequeno papel nessa concepção, e a responsabilidade é objetiva. (PIAGET, 1932/1994, p.250).

Para a teoria piagetiana, quando não se estabelecem relações de cooperação, ou seja, quando as crianças e os jovens não têm a oportunidade da vivência de relações de respeito mútuo, que lhes garanta a reciprocidade, a tomada de consciência e a troca de pontos de vista, a tendência é que se mantenham heterônomos. Segundo Kamii e Declark (1988), o fato de muitos jovens e adultos permanecerem heterônomos, pode ser assim explicado: “Os adultos exercem seus poderes sobre as crianças usando de recompensas e punições e são essas ações que as mantêm obedientes e heterônomas”. (KAMII E DECLARK, 1988, p.71).

Portanto, apresentamos a seguir o resultado de duas pesquisas³ (CAETANO, 2005 e 2010) realizadas com pais e mães questionando-lhes a respeito da obediência. O primeiro estudo foi realizado com pais de crianças pequenas e o segundo com pais de adolescentes.

Estudo 1

O principal objetivo desse estudo foi investigar o conceito de obediência dos pais e mães de crianças de 2 a 6 anos. A pesquisa buscou colaborar na compreensão desta complexa relação entre pais de crianças pequenas e a construção do desenvolvimento moral, sendo que a hipótese que a sustentou assim se definiu: O conceito de obediência de pais de crianças pequenas está relacionado à qualidade dos seus juízos morais. O estudo investigou 60 sujeitos, pais de crianças de 2 a 6 anos, de idades aleatórias, sendo eles respectivamente, 15 pais e 15 mães. O instrumento de pesquisa foi uma pergunta aberta: O seu filho lhe obedece? Por que acha que ele lhe obedece, ou não lhe obedece? A entrevista foi realizada oralmente, gravada, transcrita e classificada mediante as regularidades das respostas.

Com relação aos resultados obtidos em relação à primeira pergunta (O seu filho lhe

obedece? Por que acha que ele lhe obedece, ou não lhe obedece?), não foi necessário computar o número de respostas afirmativas ou negativas, uma vez que a maioria dos participantes responde com: às vezes obedecem, na maioria das vezes, sim e não, depende. A fala de um dos participantes, cuja resposta a esta questão foi sim, revela que esta afirmação não é de fato um sim absoluto, conforme as suas próprias palavras: “Normalmente ela obedece, quando ela coloca alguma coisa na cabeça, você tem que usar um pouco de pressão nela, senão ela não obedece”. Tal fato é bastante comum na maioria das respostas.

Deste modo optamos por apresentar os argumentos justificativos de tais respostas:

Agrupamos as respostas nas quais os pais justificam a dificuldade da criança obedecer a partir das características que lhes são comuns nesta fase do seu desenvolvimento e a chamamos de categoria *egocentrismo*. Provavelmente esses pais desconhecem o conceito científico de egocentrismo; entretanto, o seu discurso demonstra intuitivamente uma percepção da dificuldade dessa criança de se colocar em pontos de vista diferentes do seu, da impossibilidade da conservação de valores nas crianças pré-operatórias, da sua necessidade de fazer valerem a sua vontade, desejo e interesse, algumas entre tantas características das crianças pequenas, apontadas pelas suas próprias palavras: “é muito pequeno”; “quer fazer o que quer”; “tem mais vontade que obediência”; “sem discernimento”; “obedece quando lhe interessa”; “quer se impor”; “não escuta”; “é necessário falar muitas vezes”; “na sua idade ele não obedece (2 anos)”; “fala que eu não mando nela e me enfrenta”; “bate o pé na sua opinião”; “dentro da cabecinha dela, ela acha que tem razão”; “quer chamar a atenção”; “ele faz birra, aquelas coisas de criança”.

Quando os participantes explicam que nem sempre as crianças obedecem, ou melhor, que na maioria das vezes não o fazem e que para que as mesmas obedçam precisam utilizar de certos artifícios que garantam à criança a percepção de quem manda na relação, chamamos essa categoria de *autoridade*. Ilustra-se o discurso dos participantes que contam os procedimentos utilizados para a imposição de sua autoridade às crianças, fazendo-as obedecer, com os seguintes fragmentos: “Erguer a voz”; “fazer maior pressão”; “dou uma bronca”; “sou mais rígido”; “dou uns trancos”; “eu imponho limites”; “se tiver

³ Os dois estudos apresentados nesse artigo foram analisados e avaliados pelo Comitê de Ética para pesquisas com seres humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, e os participantes assinaram termos de livre consentimento esclarecido.

que falar não, pode chorar que vou falar não”; “quando preciso, algumas palmadas ajudam”; “meu filho me obedecendo, ele sabe que vai ter o melhor de mim: é a lei da ação e reação”; “faço cara feia e falo forte”; “eu tiro o vídeo-game”; “se não obedecer vai ter um castigo”; “eu digo que eu não quero e acabou!”; “mudo a expressão do rosto, por isso ela tem aquele impacto, aquele medo, aí ela ouve”; “e se você usa da sua autoridade costuma dar certo”.

Quando os relatos dos pais expressam propostas de experiências de trocas de pontos de vista com as crianças, vivência do respeito mútuo e da explicação racional das regras, fundamentados em Hoffman (1970) nomeamos a categoria de “educação elucidativa”, expressa pelos seguintes fragmentos: “conversar bastante”; “explicar que a vida tem certo e errado”; “não é só a vontade da mamãe, primeiro ele se explica, ele pode argumentar”; “eu sempre explico e digo o porquê”; “aquilo é uma regra por tal motivo”; “conversando a gente resolve as situações”; “eu quero compreensão, compreensão é fundamental”; “eu falo de uma maneira que ela entenda”; “procuramos dar escolha, pois a criança tem que colocar suas idéias”.

A categoria *respeito* reúne respostas que de uma maneira ou de outra afirmam a existência entre pais e filhos, de um tipo de sentimento bastante difícil de explicar e conceituar, mas que é diferente de obediência; é próprio da relação e não é imposto; é espontâneo na criança. Seguem os fragmentos dos discursos: “o respeito identificando as pessoas mais velhas, alguma coisa que ela também gostaria de fazer igual, meio parecido”; “porque ela gosta de mim, claro, porque se não gostar ela não obedece”; “é mais por respeito a figura do pai como no sentido de ser grande, maior, ser mais velho, autoridade, por medo não”; “procuro passar o valor do respeito aos professores, aos mais velhos”; “tem uma confiança em mim muito grande e sabe que o que eu falo é certo”; “ela entende por respeito mútuo, eu respeito muito ela, e ela também me respeita”; “porque ela tem respeito comigo, eu não sou agressivo com ela”; “é melhor ter respeito que obediência”; “eles me obedecem porque sou mãe deles”.

A última categoria, *inconsistência paterna*, trata da incoerência das atitudes dos pais admitida no seu próprio discurso. Muitas vezes o cansaço do dia-a-dia, as dificuldades pessoais, os sentimentos de culpa, entre outros, acabam sendo

responsáveis por uma não conservação das regras e combinados com as crianças por parte dos pais e conforme as palavras de Marques (2000, p. 207):

A inconsistência paterna se refere ao comportamento dos pais, que varia de acordo com o tempo e situações. Este comportamento é mais óbvio no caso da disciplina, quando os pais algumas vezes punem a criança por um determinado ato e outras vezes permitem que o ato se repita sem qualquer repercussão para ela.

A autora afirma que a inconsistência paterna é considerada uma das categorias que configuram em abuso psicológico da criança, pois pode suscitar grandes problemas de comportamento nos pequenos, entre eles o mais comum, segundo ela, a agressividade extrema. Os fragmentos desses discursos revelam exemplos dessas situações: “eu mesmo deixo o barco correr um pouco solto com ele”; “quando você fica meio liberada, a criança fica passando por cima”; “se você fizer corpo mole ele não obedece”; “aí vai enrolando e enrolando, então não agüento mais e passo para o pai”; “eu percebo que já sentiu isso, tipo ponto fraco em mim”; “ele me testa”; “falta atitude mesmo da minha parte, porque ele sabe que eu sou fraca e ele vai até onde ele consegue”; “às vezes a gente acaba cedendo em alguma coisa”.

Tabela 1- Distribuição dos participantes segundo os argumentos de suas respostas:

O seu filho lhe obedece? Por que acha que ele lhe obedece, ou não lhe obedece?

Categoria	T	
	Count	%
outros	3	5,0 %
inconsistência paterna	6	10%
imposição da autoridade	15	25%
respeito unilateral	10	16,7%
egocentrismo	16	26,6%
educação elucidativa	10	16,7%
Total	60	100%

Conforme os dados da tabela anterior, 26,7% (16) dos participantes afirmam que crianças pequenas têm mesmo dificuldades para obedecer (Categoria Egocentrismo). Ainda, 25% (15), a mesma porcentagem de participantes, admitem

que é muito difícil garantir a obediência dos pequenos e que na maioria das vezes, faz-se necessário que se imponham de uma forma ou de outra as ordens paternas para que as crianças cumpram tais regras (Categoria Imposição Autoritária).

Também aparecem com o mesmo percentual de dados, as categorias respeito mútuo e educação elucidativa, com 16,7% (10) dos participantes somados em cada categoria. Quanto à categoria inconsistência paterna conta com 10% (6) de participantes, seguida pela categoria outros, que somou 5% (3).

As três respostas que compõem a categoria outros contam com argumentos diferenciados, sendo eles: uma mãe que afirma que seu filho obedece a todo adulto, não só a ela e ao marido, mas também à professora, aos avós, enfim, a todo adulto; um pai diz que seus filhos o obedecem porque na sua casa eles têm o exemplo dos pais que nunca brigam; e, finalmente, o terceiro argumento é também de uma mãe que afirma que seu filho só obedece ao pai, e que se aproveita dela por que tem menos contato com o pai.

Os resultados, bastante equilibrados entre as diferentes categorias, apresentam por sua vez uma realidade presente nas entrelinhas dos discursos dos pais: há uma dificuldade permanente em saber com exatidão qual a melhor atitude a se tomar em relação à educação das crianças. Os genitores afirmam por várias vezes que se soubessem a resposta correta das perguntas que responderam, com certeza teriam menos conflitos em casa. Enfim, a questão é que a única escola que tiveram para ser educadores foi aquela cursada com seus próprios pais e, na maioria das vezes, não desejam repeti-la com seus próprios filhos.

Estudo 2

Comumente os pais de adolescentes costumam reclamar do seu comportamento desobediente. Normalmente, a criança quieta, comportada e obediente, transforma-se em um jovem rebelde. A questão do conflito entre pais e filhos na adolescência é tema de algumas pesquisas que se propõem a investigar a adolescência, porém segundo autores como Maccoby e Martin (1983), Smetana (1989), Steinberg (2001), os conflitos na adolescência fazem parte da convivência e salvo as exceções são resolvidos sem maiores problemas.

Entretanto, quando os pais não têm sensibilidade e conhecimento suficientes para através dos conflitos inerentes à relação com os filhos adolescentes, auxiliá-los na construção da autonomia, e, portanto, insistem na imposição de suas ordens e regras, alguns problemas na formação da personalidade podem ser evidenciados. Segundo Piaget (1932/1994), o grande problema das relações de coação, é que tendem a formar três tipos de personalidade: o mais comum é o cálculo de riscos; a segunda possibilidade é a conformidade cega e o terceiro resultado possível é a revolta. (KAMII E DECLARK, 1988, p.71).

Muitas vezes o que acontece na adolescência, é que, a partir da construção do raciocínio formal que amplia as possibilidades do raciocínio do adolescente, o jovem passa a questionar as regras impostas pela coação, observa também as incoerências de seus pais, verbaliza as suas opiniões e acaba dessa forma rotulado de rebelde. A partir das vivências das relações com seus pares (YOUNISS; SMOLLAR, 1985), o adolescente experimenta as relações de cooperação, e busca dessa forma construir a sua liberdade, que não significará romper com os seus pais, mais buscar relações nas quais estejam presentes o respeito mútuo e os acordos mútuos. Segundo Piaget:

Não é livre o indivíduo que está submetido à coerção da tradição ou opinião dominante, que se submete de antemão a qualquer decreto da autoridade social e permanece incapaz de pensar por si mesmo. Tampouco é livre o indivíduo cuja anarquia interior impede-o de pensar e que, dominado por sua imaginação ou por sua fantasia subjetiva, por seus instintos e por sua afetividade, é jogado de um lado para o outro entre todas as tendências contraditórias de seu eu e de seu inconsciente. É livre, em contrapartida, o indivíduo que sabe julgar, e cujo espírito crítico, o sentido da experiência e a necessidade de coerência lógica colocam-se a serviço de uma razão autônoma, comum a todos os indivíduos e independente de toda autoridade exterior.” (PIAGET, 1945/1998, p.154).

Portanto, para Piaget a educação deve favorecer a construção da autonomia que evoca o respeito e a liberdade dos direitos de si mesmo e dos outros, e ela não pode se desenvolver numa

atmosfera de autoridade e opressão moral e intelectual. Os pais devem sempre se esforçar para expor aos filhos a razão de ser das regras, para lhes oferecer a possibilidade de boas escolhas, bem como educá-los para a tomada de consciência de suas ações a partir do arcar com a consequência dos seus atos. O autônomo é, portanto, obediente sim, mas obediente a princípios de justiça comumente acordados.

Nesse segundo estudo investigamos o conceito de obediência dos pais e mães de adolescentes de 12 a 20 anos. Participaram da pesquisa 175 pais e mães de três diferentes cidades do estado de São Paulo (duas interioranas e uma situada na grande São Paulo). O instrumento da pesquisa foi a Escala de Concepções Educativas Morais (CAETANO, 2010) que conta com quatro construtos, mas nesse estudo apresentamos apenas os resultados referentes ao construto obediência.

Tabela 2 – Itens e resultados para o construto obediência.

OBEDIÊNCIA	
Os filhos desobedientes devem saber que deixam os seus pais tristes.	
46,2% - concordam plenamente	
14% - concordam bastante	
23,5% - concordam	
1,6% - se abstêm	
3,3% - discordam	
1,6% - discordam bastante	
2,1% - discordam totalmente	
Uma boa ameaça costuma resolver uma desobediência.	
17,7% - concordam plenamente	
9% - concordam bastante	
38% - concordam	
6,3% - se abstêm	
17,3% - discordam	
5,6% - discordam bastante	
6,2% - discordam totalmente	
Os filhos devem obedecer os pais em todas as situações.	
0,8% - concordam plenamente	
1,7% - concordam bastante	
20,7% - concordam	
6,6% - se abstêm	
28,5% - discordam	
16% - discordam bastante	
25,6% - discordam totalmente	
O papel dos pais é ser modelo para sustentar as regras junto aos filhos.	
44% - concordam plenamente	

19% - concordam bastante
26,3% - concordam
2,3% - se abstêm
6,2% - discordam
1,4% - discordam bastante
0,9% - discordam totalmente

Os resultados mostraram que nenhum pai deseja que o seu filho seja obediente. A obediência cega não é bem vinda e os pais afirmam que os filhos não devem obedecer os pais em quaisquer circunstâncias. Da mesma forma, também afirmam que é papel dos pais ser modelo para sustentar as regras junto aos seus filhos. Assim, segundo o seu julgamento, compreendem a importância de ser modelo para o filho, mas sem exigir dele completa submissão. Entretanto admitem usar das ameaças para resolver um problema de desobediência, além de admitirem também que os filhos desobedientes entristecem os pais.

Observou-se assim que o juízo é contraposto pela ação. Fazer ameaças não é bom modelo, bem como a questão da chantagem emocional exposta pela utilização do sentimento de tristeza como consequência para a desobediência.

O estudo de Smetana, Crean e Campione-Barr (2005, p.37) a respeito das concepções de pais e adolescentes sobre a autoridade parental, chama a atenção para a necessidade de distinção entre controle de comportamento e controle psicológico, exercido pelos pais. Conforme Nucci, Hasebe e Lins-Dyer (2005, p.19), o controle psicológico se refere aos esforços dos pais para manipular as idéias dos adolescentes, invadindo o limite da intimidade e privacidade dos jovens, bem como interferindo em questões do domínio pessoal de suas vidas.

A idéia do domínio pessoal faz parte da Teoria dos Domínios Sociais de Turiel (1983). Este autor fez a distinção entre convenção social e moralidade. Para ele as regras podem pertencer a três diferentes domínios: o moral, o convencional e o pessoal, e as crianças das mais diferentes culturas conseguem distingui-los. O domínio moral diz respeito aos deveres que orientam as convivências com os outros, o domínio convencional se refere às normas arbitrárias propostas pelo contexto social e o domínio pessoal se refere às regras que têm consequências somente para o seu próprio autor.

Dentre as idéias pertencentes ao domínio pessoal, encontram-se: a escolha dos amigos,

escolha de roupas, músicas, corte de cabelo. A autora ainda investiga algumas questões que são, no caso da relação pais e adolescentes, categorizadas em outros domínios, como por exemplo, o domínio prudencial (para questões relacionadas ao hábito de fumar, consumir bebidas alcoólicas, usar drogas, sexualidade), e ainda questões de um âmbito multifacetado (ouvir música alta, não arrumar o quarto, não usar roupas limpas, etc), classificadas pelos jovens como atitudes do domínio pessoal, mas que na verdade, têm consequências diretas para a convivência com os pais, como por exemplo, a questão da organização do próprio quarto.

Para Nucci (2001) o domínio pessoal se refere às ações que dizem respeito aos aspectos privados da vida das pessoas, e portanto, o controle parental desse aspecto não é adequado, no sentido de que, o domínio pessoal no adolescente, emerge da necessidade de estabelecer fronteiras entre o si mesmo e o outro, e, portanto, segundo o autor, o respeito dos pais pelo domínio pessoal é extremamente importante para a construção da personalidade autônoma e da identidade individual. É por isso que o controle dos pais aos aspectos do domínio pessoal é considerado como controle psicológico.

Segundo os autores, Smetana, Crean e Campione-Barr (2005, p.37), o controle psicológico inclui ainda: “O comportamento intruso dos pais, a retirada do amor, e indução à culpa, o que inibe o desenvolvimento do adolescente interferindo no desenvolvimento saudável do self e da identidade”. (SMETANA; CREAN; CAMPIONE-BARR, 2005, p.37).

Na verdade esse estudo não se debruçou sobre a análise de em quais domínios de regras os pais têm maior autoridade, ou seja: o domínio convencional, pessoal, prudencial ou moral. A proposta da pesquisa foi compreender as concepções educativas sobre a obediência no sentido de “forma” e não “conteúdo” da maneira de educar. Assim interessa refletir aqui sobre “as formas” que os genitores afirmaram utilizar para alcançar a obediência dos filhos, como por exemplo, a ameaça e a retirada do amor.

A questão da retirada do amor como estratégia de controle por parte dos pais foi estudada pelo autor americano Hoffman (1970). Para ele essa forma de atitude produz a separação entre pais e filhos, pois tende a produzir ansiedade e revolta nos adolescentes, reduzindo ou impedindo a comunicação entre ambos. Por outro

lado, a retirada do amor, ou chantagem emocional alimenta a imagem dos pais como pessoas que punem, que agem de forma arbitrária, que chantageiam, e por isso, alguém que deve ser evitado e não alguém de quem se possa aproximar ou alguém com quem se queira dialogar, o que posteriormente diminui a influência do pai.

Quanto à ameaça, que os pais afirmam utilizar, tem relação com as questões das sanções que serão apresentadas na análise do construto justiça e que terão extrema importância para a análise geral de como pensam os pais e mães brasileiros a respeito da educação moral dos seus filhos.

ESCOLA, FAMÍLIA E OBEDIÊNCIA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente não existe curso para ser pai e mãe, assim como existe curso para tirar carteira de motorista, curso para aprender a usar o computador. Tão pouco, os filhos vêm com manual, ou bula, que possam apresentar para os pais, qual a melhor maneira de “manipulá-los”, “o que fazer para que não se percam, ou se desviem do bom caminho”, quais as “contra-indicações” ou as “reações adversas”. A educação dos filhos é uma tarefa muito difícil e desafiadora, mas um dos caminhos mais perfeitos que o ser humano pode trilhar. Afinal, nessa caminhada é possível acabar aprendendo mais do que ensinando.

Desse modo, diferentemente da concepção que tomava conta das gerações passadas, de que bastava ser pai e mãe para saber educar, as gerações contemporâneas têm reconhecido cada vez mais a necessidade de algum tipo de ajuda externa para bem efetuar o papel de educador. Aqui entra a escola como principal aliada da família para educar.

Porém, a maioria dos professores não partilha dessa perspectiva. Pelo contrário, segundo Silveira (2011, p.182), é comum professores, principalmente aqueles da educação infantil, se queixarem a respeito do quanto a família tem exigido da escola. A autora afirma que “uma das crenças mais freqüentes que se conserva é a omissão da família na educação das crianças”. Conforme a autora, os professores além de culpar a família pelo fracasso escolar dos alunos, ainda lhe julgam pouco participativa.

Entretanto, o que nos propusemos aqui, ao apresentar os resultados dos estudos 1 e 2 sobre os conceitos de obediência de pais e mães de

adolescentes e crianças pequenas foi revelar um fato já conhecido da escola, ou seja, a educação das crianças e adolescentes é tarefa árdua e desafiadora para a maioria dos pais e mães, mas também o é para os professores.

Alguns pais e mães, com maior escolaridade, recorrem a livros de auto-ajuda, outros se espelham nos seus próprios pais, o que nem sempre representa o melhor caminho. A maioria age de modo empírico, isso é, vai educando num processo de ensaio e erro. Nos dias atuais as dificuldades parecem se multiplicar devido às transformações do mundo moderno conforme discutimos nos dois itens anteriores desse capítulo.

Os aspectos mais relevantes encontrados a partir dos resultados dos estudos apresentados anteriormente foram: a questão da insegurança dos pais ao educar os filhos, o desconhecimento dos mesmos sobre as fases do desenvolvimento dos filhos e a dificuldade em realizar boas intervenções junto aos filhos que garantam os objetivos dos pais ao educá-los.

Os dados também apontam para o fato de que a família tem interesse em educar bem aos seus filhos e não os querem submissos e apáticos, porém, muitas vezes as atitudes que revelaram tomar são inconsistentes e algumas vezes contrárias aos seus planos e ideais de pais.

Desse modo, os resultados das duas pesquisas apresentadas anteriormente, nos mostram que, os pais não têm conhecimento sobre as fases de desenvolvimento dos seus filhos, sobre quais são as melhores estratégias para bem educá-los.

E nós professores, temos? Afinal os familiares são educadores informais, mas nós professores não. Somos educadores formais, profissionalizados, formados para educar. Somos especialistas em educação. Entretanto, quando não conseguimos a disciplina em nossas salas de aula, culpamos a família.

Nosso maior desafio então é: reconhecermos que realmente a família não está de todo preparada para a educação dos seus filhos, mas também reconhecermos que a escola não pode depender da família para bem realizar o seu trabalho, afinal, nós é quem somos os especialistas em educação e não os pais. Sabemos, entretanto que, quando a família participa do processo de aprendizagem dos alunos, os resultados colhidos no desenvolvimento da criança e do jovem são mais satisfatórios e devem ser considerados.

Qual o caminho então? A construção da parceria na relação escola e família. Szymanski (2007) afirma a necessidade do exercício de práticas educativas familiares numa perspectiva de formação, compreendendo que a troca e o diálogo entre pais, pesquisadores, educadores e outros profissionais podem ser de grande valia para o desenvolvimento da área educacional da família.

Por isso, a escola como instituição responsável pela formação de cidadãos, deve assumir a iniciativa da construção da parceria com a família. Conforme Perrenoud (2000), uma das novas competências necessárias ao educador para bem ensinar é o “informar e envolver os pais”. Segundo o autor a parceria precisa ser o objetivo do educador que deve mobilizar recursos cognitivos e metodológicos para nela investir:

A parceira é uma construção permanente que se operará melhor se os professores aceitarem tomar essa iniciativa, sem monopolizar a discussão, dando provas de serenidade coletiva, encarnando-a em alguns espaços permanentes, admitindo uma dose de incerteza e de conflito, e aceitando a necessidade de instâncias de regulação. (PERRENOUD, 2000, p.124).

Para que se inicie a construção da parceria alguns obstáculos precisam ser transpostos: entre eles o preconceito, a culpabilização recíproca e a falta de compreensão. Conforme as palavras de Rios (2008, p. 10): “Só aumentamos a cabeça quando nos abrimos para acolher o que outras cabeças pensam, vivem, criam. O olhar do outro alarga o meu. Daí a importância do diálogo entre a família e a escola, da convivência sadia, do trabalho realmente coletivo”. Nada além de uma parceria fundamentada na “ampliação da cabeça”, com um objetivo muito simples, mas absolutamente legítimo: como adultos, ajudar as crianças e adolescentes a se desenvolverem plenamente, o que significa entre tantas outras coisas, ser obediente sim, mas não obediente às pessoas, mas obedientes aos princípios de justiça, respeito e dignidade, comumente acordados.

Referências

CAETANO, L. M. **Os conceitos morais de pais e mães de crianças pequenas: um estudo sobre a obediência na**

relação pais e filhos. 149f. Dissertação de Mestrado. IP/USP, São Paulo, 2005.

CAETANO, L. M. **Autonomia, Adolescência e a Relação Pais e Filhos: Escala de Concepções Morais.** 249f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). IP/USP, São Paulo, 2010.

HOFFMAN, M. L. Desenvolvimento moral. In: CARMICHAEL, L. **Manual de psicologia da criança.** São Paulo: EPU (ed. da Universidade de São Paulo), v. 9 (II), p. 1-159, 1970.

KAMII, C. e DECLARK, G. Autonomia como finalidade da educação (segundo Piaget). In: C. KAMII, & G. DECLARK. **Reinventando a aritmética: implicações da teoria de Piaget.** Campinas: Papirus, 1988, p. 135-156.

MACCOBY, E. E. & MARTIN, J. A. Socialization in the context of the family: parent-child interaction. In: PAUL H. MUSSEN (Editor). **Handbook of child psychology. Vol. 4: socialization, personality, and social development.** (4a ed.). Nova York: John Wiley & Sons, 1983, p. 1-101

MARQUES, M. A. B. Abuso psicológico de crianças e adolescentes. In: F. F. SISTO, G. DE C. OLIVEIRA, L. D. T. FINI (orgs.), **Leituras de Psicologia para a Formação de Professores.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 205-223.

MENIN, M. S.S. Desenvolvimento Moral: Refletindo com pais e professores. IN L. DE MACEDO (orgs.). **Cinco estudos de educação moral.** (2a ed). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996, p. 37-104.

MILGRAN, S. Behavioral Study of Obedience. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 67, n. 4, p. 371-378, 1963.

NUCCI, L. Psicologia moral e educação: para além de crianças "boazinhas". **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 71-89, 2001.

NUCCI, L., HASEBE, Y., LINS DYER, M. T. Adolescent Psychological Well-Being and Parental Control of the Personal. **New Directions for Child and Adolescent Development**, v. 108, p.17-30, 2005.

SMETANA, J. G. Adolescent' and Parents' Reasoning about actual Family Conflict. **Child Development**, v. 60, p.1052-1067, 1989.

SMETANA, J. G., CREAM, H. F., CAMPIONE-BARR, N. Adolescent's and Parent's changing Conceptions of Parental Authority. In: J. G. SMETANA (ed.), **Changing boundaries of parental authority during adolescence. New Directions for Child and Adolescent Development.** San Francisco: Jossey-Bass, 2005, p. 31-45.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança.** E. Leonardon, Trad. (2a ed.). São Paulo: Summus, 1932/1994.

PIAGET, J. Las relaciones entre la inteligencia y la afectividad en el desarrollo Del niño. In: G. DELAHANTY, & J. PÉREZ. (Comp.). (1994). **Piaget y el Psicoanálisis.** México: Universidad Autonoma Metropolitana, 1954/1994, p. 181-289.

RIOS, T. A. Escola e família: parceiras, sim; idênticas, não! **Presente: Revista de Educação**, v. 62, p. 5-10, 2008.

SILVEIRA, L. M. O. B. A relação família e escola: uma parceria possível? In: WAGNER, A. (Cols.). **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea: Pesquisas e Reflexões.** Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 181-190.

STEINBERG, L. We know some things: parent-adolescent relationships in retrospect and prospect. **Child Development**, v.57, p. 841-851, 2001.

SZYMANSKI, H. **A relação família e escola: desafios e perspectivas.** Brasília: Liber Livro, 2007.

TURIEL, E. **The development of social knowledge: Morality and convention.** Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

YOUNISS, J & SMOLLAR, J. **Adolescent Relations with Mothers, Fathers, and Friends.** Chicago and London: The University of Chicago Press, 1995.

Recebido: 12/08/2011

Aceito: 22/09/2011

Endereço para Correspondência: Universidade Estadual de Maringá / Departamento de teoria e Prática da Educação – Av. Colombo, 5790, Maringá-PR, CEP: 87020-900
E-mail: lmcaetano@uem.br / solangefry@hotmail.com